

ATORES QUE PRODUZEM E MOLDAM O ESPAÇO URBANO: A AUTOCONSTRUÇÃO COMO EXPRESSÃO DO SABER POPULAR NA OCUPAÇÃO DO CÓRREGO SEM DÚVIDA EM LONDRINA (PARANÁ, BRASIL)

Actors that produce and shape urban space: Self-construction as an expression of popular knowledge in the occupation of the stream Sem dúvida in Londrina (Paraná, Brazil)

Actores que producen y forman el espacio urbano: La auto-construcción como una expresión del conocimiento popular en la ocupación de la corriente Sem dúvida en (Paraná, Brasil)

Ariel Pereira da Silva Oliveira¹
Agda Natalia Davi²
Ideni Terezinha Antonello³

Resumo

O objetivo central do presente artigo é a discussão geográfica da autoconstrução como expressão do saber popular e se justifica pelo fato de que essa população ao ocupar e construir por conta própria, muitas vezes em locais irregulares, se colocam como importantes agentes na produção do espaço urbano e tem sua ação a margem do planejamento técnico, presente nos documentos oficiais como o plano diretor. O recorte geográfico foi a ocupação Córrego Sem Dúvida no município de Londrina (PR). A metodologia envolveu: revisão bibliográfica, trabalho de campo e entrevistas.

Palavras-chave: autoconstrução, saber popular, espaço urbano, Londrina.

Abstract

The central objective of this article is the geographic discussion of self-construction as an expression of popular knowledge and is justified by the fact that this population, when occupying and building on their own, often in irregular places, place themselves as important agents in the production of urban space and has its action outside the technical planning, present in official documents as the master plan. The geographical focus was the Stream Sem Dúvida occupation in the city of Londrina (PR). The methodology involved: bibliographic review, fieldwork and interviews.

¹ Graduado e estudante de mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista CAPES.

² Estudante de graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

³ Professora associada do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Keywords: *self-construction, popular knowledge, urban space, Londrina.*

Resumen

El objetivo central de este artículo es la discusión geográfica de la autoconstrucción como expresión del conocimiento popular y se justifica por el hecho de que cuando esta población ocupa y construye por sí sola, a menudo en lugares irregulares, se colocan como agentes importantes en la producción de espacio urbano y tiene su acción fuera de la planificación técnica, presente en documentos oficiales como el plan maestro. El enfoque geográfico fue la ocupación el Corriente Sem Dúvida en la ciudad de Londrina (PR). La metodología involucrada: revisión bibliográfica, trabajo de campo y entrevistas.

Palabras clave: *autoconstrucción, conocimiento popular, espacio urbano, Londrina.*

INTRODUÇÃO

O escopo desse artigo é analisar as estratégias de permanência e resistência em uma ocupação urbana no município de Londrina, no norte do Paraná. Deu-se relevo, na análise, para a esfera da autoconstrução como expressão do saber popular, muitas vezes rechaçado por aqueles que o julgam como um conhecimento de menor valia, mas que se faz presente no cotidiano de atores sociais que ocupam uma posição subalterna nas relações de poder e de uma forma ou de outra acaba sendo eficiente na permanência, resistência e manutenção de seu território.

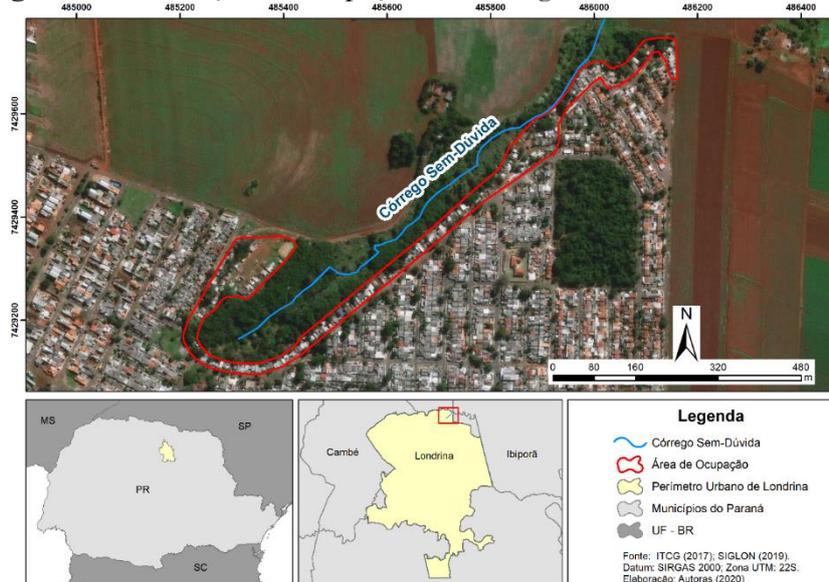
A ocupação irregular do Córrego Sem Dúvida que constitui o recorte espacial desta análise está localizada na Região Norte do perímetro urbano de Londrina, conforme pode ser observada na figura 1.

Com relação a caracterização da ocupação, diferentemente das ocupações comumente noticiadas pela mídia, esta se deu de forma orgânica e espontânea, ou seja, não foi previamente organizada por algum movimento de luta pelo acesso à terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no espaço rural e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) nas cidades.

A história da ocupação do Córrego Sem Dúvida começou em 1996, com a chegada de cerca de 84 famílias oriundas dos bairros da zona norte de Londrina. Com o passar do tempo, mais pessoas foram atraídas e se estabelecendo no local e houve, então, uma divisão em duas comunidades: o Vale da Lua e o Vale do Sol. Em 2008 era possível contabilizar um total de 257 famílias nessas comunidades.

As supracitadas comunidades foram alvo de intervenção do Programa Habitar Brasil – HBB II. As famílias foram reassentadas em áreas regulares, em unidades habitacionais localizadas nos Conjuntos Jardim Primavera e Jardim dos Campos. Dessa forma, as margens e a área do Córrego Sem Dúvida foi revitalizada, mas em 2014 voltaram a ocupar.

Figura 1: Localização da ocupação do Córrego Sem Dúvida – Londrina



Fonte: Os próprios autores

De acordo com o último levantamento realizado em 2017 pela Companhia de Habitação Popular (COHAB), a ocupação conta com cerca de 200 famílias no entorno do Córrego Sem Dúvida e mais 18 famílias na ocupação mais recente, sobre um campo de futebol que havia sido parte de um projeto de 2014 de revitalização ambiental de áreas urbanas nas margens do córrego.

Por se tratar de uma ocupação em fundo de vale e em Área de Preservação Permanente (APP)⁴, não sendo passível de regularização, o local não possui rede de esgoto, as casas construídas no antigo campo de futebol possuem fossa simples, sendo assim suscetível a contaminação dos lençóis freáticos por se tratar de um córrego que possui várias nascentes. Já as casas que fazem divisa com a rua Ana Caputo, pelo declive, não possuem as fossas, assim todo o rejeito sanitário vai para o curso d'água.

Em relação a energia e água, são realizadas ligações clandestinas na rede de abastecimento de água e energia elétrica. Por se tratar de uma ocupação que fica em frente de um bairro (Maria Cecília), a questão da coleta de lixo não é precária, pois o caminhão da coleta passa normalmente, assim a população da ocupação utiliza esse serviço urbano disponível para o bairro. A infraestrutura social: escolas (municipal e estadual), posto de saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) presentes na área atendem as famílias da ocupação que também dispõem de mercado e transporte público bem distribuídos no entorno. As casas da ocupação variam entre aquelas que

4. A ocupação se encontra em uma área de Preservação Permanente (APP), nesses locais não é possível a regularização fundiária para moradias.

possuem estruturas improvisadas a casas bem estruturadas de alvenaria e algumas possuem TV a cabo. Existem os “mercadinhos”, bares, ferro velho e até mesmo igreja dentro da ocupação irregular.

O presente trabalho foi estruturado em dois eixos principais: (1) a revisão e discussão do arcabouço teórico que respaldou as análises e (2) a pesquisa empírica para o levantamento de dados via trabalho de campo e entrevista. Além disso, se trata de uma pesquisa exploratória em que são apresentados os primeiros resultados, durante o trabalho apareceram pontos que serão aprofundados futuramente.

O artigo foi dividido em quatro partes. Na primeira, é discutido o papel das ocupações como um movimento contra hegemônico. As ocupações são compreendidas como uma das mais efetivas formas de resistência frente ao planejamento e gestão do território urbano, que ao buscar a “cidade formal” exclui, segrega e marginaliza. Na segunda parte, é discutida a dimensão do saber popular como um dos alicerces dessa resistência. Esse conhecimento construído e exercitado cotidianamente se manifesta de diversas formas, dentre elas uma das mais expressivas é a autoconstrução. Os homens e mulheres sem conhecimento técnico e científico do campo da arquitetura e engenharia conseguem construir suas próprias moradias. Esse conhecimento não é o científico, mas é o que lhes permite permanecer, sobreviver e manter suas famílias e os coloca como atores importantes no complexo processo de produção do espaço urbano. Nas duas últimas partes, é apresentada a análise dos dados empíricos. São apresentados dados e imagens que caracterizam o recorte geográfico, bem como entrevistas com atores influentes da/na ocupação, que nos permitem compreender com mais detalhes a dinâmica socioespacial e as práticas de autoconstrução.

A Contra Hegemonia Pelas Mãos do Povo: a resistência a partir da cooperação nas ocupações irregulares

Fernandes (2001), em um trabalho em que discute a importância da ocupação de terra e dos movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, no processo de recriação do campesinato, contribuiu para pensar de forma geral a dimensão social e geográfica das ocupações enquanto forma de resistência popular ao *status quo* marcado por um Estado que assegura interesses de uma elite dominante, enquanto uma grande parcela da população convive com a exploração e expropriação cotidianamente. Essa configuração social vigente pode ser compreendida como uma ordem social hegemônica que Saquet (2019) explica que se forma a partir da atuação de uma classe dominante que estabelece essa ordem.

Portanto, o movimento de ocupação, tanto de áreas públicas quanto de propriedades (urbanas e rurais) que não cumprem sua função social, é um movimento de luta e resistência contra hegemônico, no qual essas pessoas por conta própria se organizam e lutam pelo respeito e manutenção dos seus direitos básicos historicamente negados. Assim:

A **contra hegemonia**, portanto, é construída para (o) pelo **povo**, do campo e da cidade, contra a ordem político–econômica–cultural dominante, sem privilégios e sem tantas hierarquias, sem vigiar nem punir, sem injustiças sociais nem corrupção, numa práxis dialógica, participativa, respeitosa, solidária, cultural e ecológica. (SAQUET, 2019, p. 32 – grifos do autor)

Para Fernandes (2001), o desenvolvimento desigual é uma característica inerente ao modo capitalista de produção que tem como uma das suas consequências a expropriação e exploração. Nesse sentido, o autor não considera os sujeitos vítimas desse processo, sujeitos passivos, uma vez que desenvolvem mecanismos de resistência e, dentre as formas como essa resistência se manifesta, a ocupação é uma delas, considerada pelo autor como uma forma importante de acesso à terra no espaço rural, que se constitui como uma extraordinária forma de luta popular, tal como ocorre no espaço urbano com as ocupações da terra urbana, demonstrando o conflito premente entre os que tem acesso e aqueles a quem é negado o direito a cidade, tendo como essência a estrutura fundiária urbana concentrada. Essa é questionada pela práxis territorial pautada no saber popular, que pode fomentar o empoderamento socioterritorial para fazer diante da lógica territorial do poder que emana da contradição central que existe dentro do modo de produção capitalista, entre a lógica territorial social e a capitalista.

A cidade capitalista é um espaço complexo, diversificado e heterogêneo, com espaços de progresso e atraso. Nesse sentido, de acordo com Maricato (2003), no espaço urbano os ideais modernistas presentes nas leis de zoneamento, parcelamento do solo, entre outros, convivem com a esfera ilegal da contravenção. A esfera ilegal da contravenção apresentada por Maricato (2003) pode ser compreendida como as estratégias de resistência contra hegemônicas de atores sociais que ocupam historicamente o lugar subalterno nas relações de poder e tiveram o direito a cidade negado, como os ocupantes do recorte espacial do presente estudo.

É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização). (MARICATO, 2003, p. 154)

É pertinente lembrar que, segundo Maricato (2003), de forma geral, o Estado, sobretudo em escala municipal, apresenta certa tolerância com as ocupações ilegais. Essa tolerância, de acordo com a autora, não é oriunda de uma política de respeito aos direitos dessa população. Ela acontece porque não entra em conflito direto com o mercado imobiliário que é impedido por lei de explorar as áreas onde geralmente ocorre as ocupações, como as margens dos córregos.

Para a ocupação resistir às pressões externas e internas, bem como para permanecer nesse espaço vivido e sofrido, em função das dificuldades cotidianas de acesso aos serviços básicos ao ser humano, é preciso uma coesão interna. Quando a ocupação ocorre por meio de um movimento social organizado, com a presença de um líder, a coesão interna é maior que em uma ocupação que aconteceu de forma espontânea, portanto é imperativo compreender a estrutura interna dessa ocupação e a cooperação entre esses sujeitos a fim de se auto fortalecerem. Nesta análise, se compreende a organização interna, autogerida e cooperativa como uma prática contra hegemônica criada e sustentada a partir e para o povo que historicamente ocupou lugar subalterno nas relações sociais de poder, o que torna mister apreender o papel desses sujeitos sociais na práxis territorial.

No caso em tela nessa análise, a hipótese inicial era de que uma das formas na qual essa coesão poderia se manifestar era a partir da ajuda mútua no processo de autoconstrução das residências. Como será aprofundado no decorrer do trabalho, as estruturas das casas são levantadas de forma autônoma, autogerida, tanto na aquisição dos materiais quanto no trabalho despendido no processo. Acredita-se que os moradores mais antigos ajudavam os mais novos por conta de já terem experienciado as dificuldades de construir suas moradias a partir da estaca zero. O trabalho mostrou que essa ajuda mútua no processo de construção não acontece, porém, outras formas de solidariedade foram evidenciadas.

Ao debater a gênese e manutenção dessas territorialidades, é importante lembrar que sua constituição se dá em um emaranhado de complexas relações sociais, que nesse caso, pelo menos, não são tipicamente capitalistas, ou seja, não há a exploração do trabalho alheio ou demais formas de subordinação com fins de obter uma reprodução ampliada do capital. As relações nesses territórios são de cooperação, ajuda mútua para o fortalecimento dos indivíduos e para coesão do grupo enquanto unidade de resistência.

Cada estrutura nessa ocupação, cada família que ocupa esse território e cada estratégia de permanência, dentre elas a cooperação entre os moradores dessa ocupação, evidencia que o povo, de posse de suas ferramentas próprias e possíveis, conseguem desenvolver formas de lutar contra a visão hegemônica do planejamento urbano e se colocar como produtores ativos e importantes do espaço urbano. Suas casas, autoconstruídas e fruto do próprio trabalho são a materialização na paisagem da força da resistência e da efetividade do conhecimento popular nos lugares onde o

científico ainda tem dificuldades de permear. Assim, discutir o conhecimento popular é o foco do próximo tópico.

Conhecimento Popular e Autoconstrução em um Ponto de Intersecção: notas para um debate

A história da humanidade nos mostra que desde os tempos mais remotos os fenômenos naturais chamavam a atenção e suscitavam a curiosidade dos homens. Isso já acontecia em um período no qual o homem sequer dominava a escrita. Sem a posse de técnicas e instrumentos apropriados, as explicações eram inicialmente simplórias e com o tempo foram sendo lapidadas e superadas. Para Ramírez (2009), o desejo do ser humano de compreender o funcionamento das coisas foi um dos fatores que permitiu que sua espécie tivesse êxito e se colocasse em posição dominante frente as outras até hoje. Além disso, conforme nos explica Lakatos e Marconi (1991), essa curiosidade que acompanha o ser humano desde os primórdios trouxe explicações que inicialmente buscavam compreender a dinâmica da natureza e a morte, dimensões que foram explicadas como se fossem oriundas de uma dimensão sobrenatural.

É a partir do momento em que o ser humano contempla e se interessa pelo funcionamento da natureza, do universo e do que o cerca, que se inicia o processo do conhecimento que culmina na produção de um saber metódico e organizado. Esse conhecimento ganha forma e pode se manifestar-se como: o conhecimento popular (senso comum); conhecimento religioso; conhecimento filosófico e científico (SANTOS, 2005).

No texto “*La ciencia y el pueblo*” de Borda (1981), o autor explica que a ciência é uma construção oriunda do intelecto humano e mediante sua importância na resposta às necessidades coletivas e à aplicação de técnicas, métodos e regras é validado por uma comunidade científica que monopoliza e define o que é (ou não) científico. Essa postura da ciência moderna historicamente negligenciou outras construções do intelecto humano, que também são racionais, mas não seguem as normas preestabelecidas do fazer científico, dentre elas pode-se citar o saber popular. Segundo Borda (1981), o saber popular possui sua própria racionalidade e foi o que permitiu que por séculos o ser humano produzisse, trabalhasse e sobrevivesse.

Com relação ao conhecimento popular, também conhecido como conhecimento vulgar, empírico ou senso comum, foi (é) a partir dele que se desenvolveu os outros campos de conhecimento. Citando Santos (2005), o conhecimento popular “surgiu no início da caminhada empreendida pelo ser humano e o seguirá enquanto ele existir” (SANTOS, 2005, p. 44).

Alves (1986) ressalta que essa expressão “senso comum” foi criada por aqueles que se julgam detentores de um conhecimento superior, pois “[...] quando um cientista se refere ao senso comum, ele está, obviamente, pensando nas pessoas que não passaram por um treinamento científico” (ALVES, 1986, p. 13). É necessário frisar, portanto, que a compreensão de conhecimento popular no presente estudo é outra. A terminologia será empregada para designar o conhecimento anterior ao científico e/ou filosófico, que se dá a partir da experiência direta do indivíduo com o fenômeno, sem explicações profundas, testadas e sistematicamente observadas. Se trata da apreensão da realidade sem o uso e delimitação de um método, sem a descrição do fenômeno, nem análise e documentação.

Alves (1986) compreende tanto o conhecimento popular quanto o científico como duas faces da mesma necessidade, a de compreender o mundo e nele (sobre)viver melhor. Ainda com relação a essa visão hierárquica onde a ciência se coloca em posição de superioridade ao senso comum, o autor chama atenção ao fato de que “[...] para aqueles que teriam a tendência de achar que o senso comum é inferior a ciência, eu só gostaria de lembrar que, por dezenas de milhares de anos, os homens sobreviveram sem coisa alguma que se assemelhasse à nossa ciência” (ALVES, 1986, p. 20). Já Santos (2005, p. 44 – grifos do autor) define esse tipo de conhecimento como:

É superficial porque não se aprofunda nas observações, acredita no que viu e na maneira como foi contado o fato. É sensitivo porque se contenta com as aparências e emoções do cotidiano. É subjetivo porque é a própria pessoa que organiza o saber e as experiências, tanto aqueles que as obtêm por vivência, quanto os que as aprenderam por “ouvir dizer”. É assistemático porque não sistematiza as experiências e ideias, nem tampouco a forma como as adquiriu e nem as tentativas de validá-las. Finalmente, é acrítico porque sendo verdadeiro ou não, sempre recebe críticas. (SANTOS, 2005, p. 44, grifos do autor)

Ao tratar da ocupação de um território estamos tratando também de estratégias específicas de resistência e de um conhecimento próprio, que não científico nem filosófico, que vem do dia a dia, transmitido muitas vezes de pai para filho de forma oral, denominado por autores como Orlando Fals Borda e Saquet (2019) de conhecimento popular, mas também chamado por alguns de senso comum. Esse conhecimento possui múltiplas dimensões que o qualificam, e podem ser observadas na figura 2. Durante o trabalho de campo realizado na ocupação Córrego Sem Dúvida foi possível observar as características trazidas na referida figura.

Conforme nos explica Saquet (2019, p. 55), “todas as pessoas têm capacidades diversas e criativas, embora, muitas vezes, as mais simples e humildes sejam negligenciadas, invisibilizadas, discriminadas, humilhadas e soterradas”. Nesse processo histórico de silenciamento das pessoas mais humildes, a universidade é uma instituição social que também contribuiu para que o saber popular fosse negligenciado. Cabe romper com o *status quo* da universidade enquanto espaço

a casa autoconstruída não tem um projeto com início e fim pré-estipulados, a construção não tem período para acabar, é comum reformas constantes. Maricato (1982) nos mostra ainda que:

A construção da casa se estende por muitos anos absorvendo a maior parte das economias conseguidas sempre em prejuízo de outras necessidades, já que o salário é baixo para suprir satisfatoriamente todas as necessidades que tem a classe trabalhadora para se reproduzir, em meio urbano. (MARICATO, 1982, p. 73)

A autoconstrução é também marca da dupla (ou mais) jornada de trabalho da classe trabalhadora, já que além de trabalharem no mercado formal e informal a fim de conseguir sustentar suas famílias, nos fins de semana é dedicado parte do seu tempo para construir a própria casa, mesmo com eventuais ajudas e contratação de mão de obra paga por dia de trabalho. Nesse sentido, conforme aponta Maricato (1982):

É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve seu problema de habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos). (MARICATO, 1982, p. 73)

A partir das reflexões de Maricato (1982) é possível compreender que no processo de autoconstrução nada é por acaso, nem mesmo a escolha dos materiais. Ela afirma que os materiais utilizados geralmente são os mais baratos e são os que a loja mais próxima tem disponíveis. A escolha da loja se deve tanto a facilidade para realizar o pagamento quanto para receber a entrega.

Até este momento, pautamos a discussão teórica que nos serviu de base para as análises dos resultados levantados em campo. A seguir será empreendida a descrição e discussão da ocupação. As discussões até então teóricas ganham vida quando observa-se a dinâmica interna da ocupação e colorido quando se contempla a paisagem autoconstruída, a experiência concreta da ocupação e o saber popular expresso na autoconstrução e constituído na práxis.

A Experiência Concreta: a ocupação do córrego sem dúvida

Conforme pode ser observado na Figura 1, o assentamento se encontra em uma área de fundo de vale⁵. Os bairros que se encontram ao redor como o Jardim dos Campos e o Jardim Primavera são áreas carentes, tanto no que diz respeito ao poder aquisitivo da população quanto a recursos de infraestrutura urbana básica. Contudo, encontram-se em uma situação que proporciona

5 O termo “fundo de vale” é utilizado para se referir as áreas mais baixas do relevo.

a segurança da “cidade formal”, pois são conjuntos habitacionais frutos do remanejamento de pessoas que viveram em áreas não passíveis de regularização fundiária.

A ocupação se localiza em uma área de proteção ambiental, portanto em situação irregular e sem possibilidade de regularização. Sabe-se que no processo de urbanização ocorre a alteração do espaço com a substituição do ecossistema natural. O uso intensivo do solo somado a ausência de planejamento trazem repercussões, na maior parte das vezes negativas, que afetam a qualidade de vida da população, atingindo de forma mais intensa a população de baixa renda que, sem acesso à moradia, passa a ocupar áreas impróprias para habitação. A ocupação irregular em áreas de fundos de vale é, portanto, uma marca na urbanização brasileira, sendo uma questão marcante das cidades de médio e grande porte.

Maricato (2003) nos explica que é possível compreender que a desigualdade social é um fenômeno complexo que assume múltiplas facetas e uma delas é a segregação urbana. A segregação espacial na cidade traz inúmeros impactos para essa população, dentre elas a autora cita: (1) as dificuldades ao acesso de infraestrutura serviços públicos como saúde e educação; (2) exposição a riscos como desmoronamentos e enchentes; (3) menos oportunidades de emprego; (4) maior exposição a variados tipos de violência como policial, discriminação racial e de gênero, entre outros. Destarte, “a exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania” (MARICATO, 2003, p. 153).

A vulnerabilidade dessa população é composta pela junção de diversos fatores responsáveis pela “exclusão social” uma vez que são pessoas que moram em local de risco, sem rede de esgoto, água tratada, muitas vezes não tem o que comer ou mal sabem do seu direito como cidadãos, são indivíduos que vivem à mercê da própria sorte e à margem “cidade formal”.

As variáveis supracitadas trazidas por Maricato (2003) puderam ser observadas durante todos os momentos da realização da investigação *in loco*, a saber: presente no discurso das assistentes sociais, na paisagem, no contato direto por meio das entrevistas com a população. Em entrevista⁶ com a assistente social do CRAS, responsável pelo território onde a ocupação se localiza, foi possível saber que essas pessoas se encontram em uma situação social muito vulnerável e são altamente dependentes de recursos oriundos de políticas sociais assistencialistas, tanto das de nível municipal quanto federal.

6 A referida entrevista com a assistente social do CRAS aconteceu em 18 de outubro de 2019.

O Bolsa Família, por exemplo, é uma renda fundamental para essa população, pois a maioria realiza trabalhos informais mal remunerados e o dinheiro do programa é considerado seguro. Apesar disso, é insuficiente para cobrir gastos básicos. Essas pessoas recebem então uma assistência complementar da prefeitura de Londrina que direciona a essas famílias um valor entre R\$85 e R\$100, dependendo do grau de vulnerabilidade. A maioria acaba recebendo valor integral de R\$100.

O CRAS também recebe da prefeitura do município cerca de 21 cestas básicas para as famílias. As pessoas preferem receber a cesta do que o valor correspondente em dinheiro, uma vez que não conseguiriam comprar a mesma quantidade e diversidade de alimentos por conta própria no mercado, que tem em média um preço maior. As necessidades da população do território atendida pelo CRAS são muito parecidas e a população da ocupação já está sendo acolhida e contemplada pela assistência dessas políticas públicas mesmo sem ter endereço, e, portanto, sem ter um comprovante de residência. Essas pessoas conseguem acesso às políticas a partir do Cadastro Único. As informações colhidas a partir da entrevista com a assistente social deixam explícita a face perversa da desigualdade social cotidianamente enfrentada por milhares de pessoas nos quatro cantos do Brasil.

Com base no que foi observado, conclui-se que o CRAS é uma instituição fundamental para essas pessoas. A conversa com a assistente social revelou diversos casos que mostram a fragilidade social dessas pessoas. Ela relatou, por exemplo, que é comum receber diariamente pessoas solicitando ajuda para pagar o transporte público para ir a uma consulta ou entrevista de emprego, ou requerendo cestas básicas que acabam sendo divididas por até três famílias.

Nesse sentido, Maricato (1997) defende que a preocupação com a habitação urbana não deve se restringir a ela, ou seja, deve englobar a dimensão de infraestrutura ligada à habitação como: água; energia elétrica; pavimentação, entre outros. A falta das supracitadas estruturas inviabiliza a função da moradia e/ou traz danos na esfera socioambiental. Ainda para a autora essa é a realidade que impera nas periferias ilegais e sem urbanização.

A Autoconstrução na Ocupação do Córrego Sem Dúvida e suas Implicações na Organização do Espaço Urbano

Durante os trabalhos de campo e entrevistas foi possível observar que quando novos moradores chegam na ocupação eles ficam responsáveis por erguer sua própria residência. Eles escolhem um local que ainda não foi ocupado e começam a trabalhar por conta própria. Inicialmente a residência é construída com a infraestrutura mínima necessária para abrigar a família

e com o passar do tempo os ocupantes vão fazendo reformas e transformando pouco a pouco a estrutura inicial de acordo com suas necessidades, aspirações e possibilidades.

Segundo um dos entrevistados, é mais comum recebe a ajuda de membros da família do que de outros assentados, percebe-se que a cooperação é exceção, a regra é começar por conta própria. A baixa cooperação existente entre assentados de uma mesma ocupação já foi identificada em outros trabalhos como o de Silva, Binotto e Vilpoux (2016). Os autores mostraram que apesar de os assentados analisados terem consciência da importância da cooperação para o fortalecimento de sua comunidade, eles verbalizaram que a prática poderia estar mais presente em sua realidade. No caso analisado pelos autores, a união se fazia mais presente no período em que ainda estavam acampados. A adoção de um perfil menos cooperativo ganhou forma após o recebimento do lote. Na visão dos autores, essa postura é maléfica, uma vez que “a ausência de um espírito de comunidade fragmenta iniciativas em direção a uma consolidação de anseios e maiores ganhos para toda a coletividade” (SILVA; BINOTTO; VILPOUX, 2016, p. 103 – 104).

No entanto, a baixa ou inexistente participação da comunidade na construção das casas dos moradores mais recentes não é fator determinante para se afirmar que as noções de cooperação e solidariedade foram perdidas na ocupação, pois elas parecem em outros contextos. Durante a pesquisa observou-se outros exemplos em que elas se manifestam como a constituição da Organização Não Governamental (ONG) Viver constituída a partir da iniciativa de moradores em parceria com uma igreja. Essa ONG desenvolve várias atividades e iniciativas para fortalecer a comunidade local, dentre elas pode-se citar a arrecadação de material escolar para as crianças e alimentos e a organização de uma creche para cuidar das crianças enquanto os pais trabalham. A ONG também possui uma horta e por meio dela distribuem verduras.

Em conversa com uma das representantes da ONG, ela revelou que atualmente atende cerca de 30 famílias e um total de 56 crianças são assistidas pela organização. Com exceção dos alimentos da horta e do trabalho com a creche, tudo o que é distribuído aos moradores é proveniente da doação de terceiros, como pessoas de bairros próximos, estabelecimentos e entre os próprios moradores da ocupação, é dessa forma que eles encontram auxílio e se ajudam.

Conforme salientado na introdução, após o reassentamento da população que inicialmente ocupou a área em 1996 e o empreendimento do projeto de revitalização, a área voltou a ser ocupada em 2014 e mais recentemente o campo de futebol que serviu como um dos equipamentos urbanos de lazer no referido projeto também foi ocupado, revelando na paisagem diferenças nas estruturas das residências, sendo as mais antigas melhores estruturadas que as recentes.

Nas edificações mais antigas, do período de 2014, fica evidente que os moradores investem tempo, trabalho e dinheiro em constantes reformas, pois acreditam que o local será regularizado, porém é sabido que isso provavelmente não vai acontecer. Soma-se a isso o fato de que a COHAB não possui planos de retirada dos moradores para um local regularizado pelo fato de o número de moradores ser muito grande. Em conversas com moradores que vivem no local há mais de dez anos, observou-se casos de pessoas que renovam seu cadastro a cada seis meses há vários anos e sequer receberam retorno da COHAB com uma perspectiva de resolver essa situação de viver no limiar entre a irregularidade e não ter perspectiva de mudança.

O fenômeno da autoconstrução já havia sido levantado na primeira entrevista com a assistente social, quando ela colocou que, ao atingir a idade de aproximadamente 16 anos, muitos jovens do sexo masculino deixam a casa dos pais e vão morar sozinhos. Alguns acabam trabalhando em atividades informais, assim como os demais membros da família, outros acabam se envolvendo em atividades ilícitas. É comum também se tornarem pais. Nessa fase, apesar de deixarem a casa dos pais tão cedo, permanecem morando nas proximidades da residência antiga, sendo comum fazerem “puxadinhos” nos mesmos terrenos onde viviam. Esses puxadinhos acabam sendo erguidos pelos próprios moradores com a ajuda de familiares e amigos.

A autoconstrução não é vista somente nas edificações para moradia. Em alguns lugares é possível notar reformas na frente das casas com o objetivo de desenvolverem pequenos comércios como bares, mercadinhos, além de oficinas e ferro velho. Na figura 3, por exemplo, é possível visualizar uma residência cujo o morador atua no ramo de ferro-velho e aloca esse material no próprio terreno. Na mesma imagem observamos inclusive um carrinho que pode ser conectado e preso em veículos para carregar esse material.

Já na figura 4, observa-se a reforma empreendida por um morador na frente da sua residência para atuar no comércio, com um pequeno bar. É mister salientar que o estudo desses pequenos comércios é importante, pois como se sabe eles se formam para atender a população local que se encontra distante dos grandes centros comerciais urbanos.

Conforme discutido, a área foi reocupada por volta de 2014. Após esse período, uma ocupação mais recente sobre um campo de futebol também passou a acontecer. Esses dois momentos ficam evidentes quando se observa a paisagem da ocupação do Córrego Sem Dúvida. É possível visualizar dois tipos de construções que predominam: (1) uma parte está no início da construção, diante da escassez dos recursos elas apresentam demora para chegar ao nível das mais antigas, são mais recentes e se localizam no campo de futebol e (2) as casas de alvenaria, bem cercadas, algumas com jardins e até hortas. Essas diferenças podem ser observadas na figura 5.

Figura 3: Residência cujo morador atua no ramo de ferro-velho



Fonte: os próprios autores, trabalho de campo (2019)

Figura 4: Residência no Córrego Sem Dúvida cuja frente foi transformada em bar



Fonte: os próprios autores, trabalho de campo (2019)

Figura 5: Comparação entre a ocupação mais antiga e recente.



Fonte: os próprios autores, trabalho de campo (2019)

Conforme se observou em campo, as casas mais antigas possuem não só uma melhor infraestrutura como também demonstram preocupação dos moradores em usufruir de coisas que lhes garantam uma melhor qualidade de vida. É comum em boa parte das residências a presença de antenas TV a cabo (Figura 6). Vale ressaltar que, assim como ocorre com a construção das casas, a instalação das antenas de TV a cabo bem como as ligações clandestinas de energia e água são tarefas comumente realizadas pelos próprios moradores.

Outra prática revelada durante as entrevistas e que nos chamou atenção é a compra e venda de habitações construídas pelos próprios moradores e em situação irregular (Figura 7). Um dos entrevistados nos revelou que construiu sua própria casa com a ajuda da sogra, dos cunhados e da esposa e depois de um tempo resolveu vender sua casa para morar com a sogra. Ele então anunciou a venda da casa por R\$7.000. Quando questionado se a venda de habitações na ocupação é uma prática comum, visto que não é regularizada, ele disse “que sim, muita gente está precisando de um lugar para morar”.

Figura 6: Residência na ocupação Córrego Sem Dúvida com antena de TV a cabo



Fonte: Os próprios autores, trabalho de campo (2019)

Figura 7: Venda de casas na ocupação em situação irregular.



Fonte: os próprios autores, trabalho de campo (2019)

A pesquisa mostrou que uma série de dinâmicas específicas na ocupação e que necessitam ser exploradas e aprofundadas em outras pesquisas dentre elas pode-se citar as outras formas de solidariedade nesse território; as dinâmicas mercadológicas de compra e venda de imóveis irregulares; o papel de instituições não governamentais como ONGs e igrejas, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho buscamos descrever e analisar geograficamente a ocupação do Córrego Sem Dúvida do município de Londrina valorizando o conhecimento popular na produção impresso no espaço urbano a partir da autoconstrução de residências. Esse trabalho não tem a pretensão de exaurir as discussões acerca da temática e do recorte, há outras questões que podem ser

aprofundadas como: a reutilização de materiais da construção civil na autoconstrução; um resgate da história de vida para buscar compreender como essa população que constrói por conta própria adquiriu esse conhecimento; as implicações da compra e venda de habitações autoconstruídas não regularizadas; entre outros.

Algumas dificuldades foram encontradas para a realização da pesquisa e elas estão ligadas sobretudo a defasagem de dados oficiais. A pesquisa revelou que instituições como a COHAB – Londrina vem enfrentando dificuldades para realizar levantamentos das ocupações irregulares da cidade. Os últimos dados obtidos foram de 2017. Desde esse período, novas ocupações apareceram e sequer foram mapeadas. Além disso, o acesso aos dados é muito burocrático. Os dados que a própria COHAB poderia disponibilizar só ocorre quando se entra com pedido na prefeitura e, quando questionados sobre atualização, a resposta é que falta funcionários para destinar a essas áreas no momento.

As casas da ocupação parecem nunca ter sua construção finalizada. Essas pessoas sempre estão construindo, fazendo os populares “puxadinhos”, seja para abrigar um filho recém-casado que precisa de um lugar para viver com sua nova família, seja para começar um negócio e ter uma renda a mais. Independente do motivo, cada parede levantada é uma conquista e cada tijolo assentado é um ato político de resistência, informa que essa população vai permanecer na cidade seja a cidade formal ou não.

Ao andar pela ocupação e observar sua paisagem percebe-se que mesmo sem o apoio técnico daqueles que detêm o saber competente para construir, essas pessoas conseguem empreender sozinhas suas próprias edificações. Isso se deve a um saber que não se sabe ao certo de onde veio, oriundo do dia a dia, um saber popular muitas vezes repellido pela academia, mas que permite que essas pessoas construam com as próprias mãos o teto que abriga sua família. A valia de seu saber fica evidente não só na infraestrutura das habitações, mas na adaptação de materiais. Ao falar dos materiais utilizados é importante ressaltar que eles são, muitas vezes, oriundos do descarte de outras construções, são reciclados ou comprados a um preço mais acessível nos ferros velhos e reutilizados como no caso das janelas e portas.

As casas da ocupação do Córrego Sem Dúvida, ou de outras ocupações, podem parecer feias e ordinárias para muitos, mas é uma arquitetura repleta de significado, é a arquitetura do possível⁷, representam o espaço urbano ocupado e transformado por pessoas que tiveram o direito à cidade negado, é a transformação do espaço em lugar ao dar a ele o status de lar e construí-lo com as próprias mãos.

⁷ Referência ao título do texto de Ermínia Maricato “Autoconstrução, a arquitetura possível” publicado na obra organizada pela mesma autora e intitulado “A produção capitalista da casa (e da cidade).”

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **Filosofia da ciência**: Introdução ao jogo e suas regras. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F. V.; GLANTTEN, V.; WIT, T. (Orgs.). **Investigación participativa y praxis rural**: nuevos conceptos en educación y desarrollo comunal, Lima: Mosca Azul Editores, p. 19 – 47.
- FERNANDES, B. M. The occupation as a form of access to land. In: International Congress of The Latin American Studies Association, 23., 2001, Washington. **Anais...** Washington, 2001, p. 1–38. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/FernandesBernardo.pdf>>. Acessado em 20 Out. 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p. 71 – 93. Disponível em: <<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/a-produccca7acc83o-capitalista-da-casa-e-da-cidade-no-brasil-industrial.pdf>>. Acessado em 25 mar. 2020.
- MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151 – 167, 2003.
- RAMÍREZ, A. V. La teoría del conocimiento en investigación científica: una visión actual. **Anales de la Facultad de Medicina**, v. 70, n. 3, p. 217 – 224, 2009.
- SANTOS, I. E. **Manual de Métodos e técnicas de pesquisa científica**. 5. ed. Niterói: Impetus, 2005.
- SAQUET, M. A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- SILVA, H. C. H.; BINOTTO, E.; VILPOUX, O. F. Cooperação e compartilhamento de informação entre os atores sociais em um assentamento rural. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 89-108, jan./jun. 2016.

Recebido em: Julho de 2020.

Publicado em: Dezembro de 2020.